

The logo for CEUB (Centro de Educação Universitária Brasileira) is displayed in a stylized white font on a dark red background. The letters 'C', 'E', 'U', and 'B' are interconnected, with the 'U' and 'B' having a unique, geometric design.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN 2236-1677

The cover features a photograph of a modern, white building with large glass windows and a prominent, abstract sculpture of a seated woman. The building is situated on a hillside with a large, curved walkway and a pool of water in the foreground. The sky is blue with scattered white clouds. The sculpture is made of light-colored stone and depicts a woman in a long, flowing dress, seated and holding a long, thin object across her lap. The building's architecture is characterized by clean lines and a mix of materials, including concrete and glass.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

**Percepção dos produtores de
cacau do Sul da Bahia sobre
as políticas públicas para a
cacaucultura**

**Perception of cocoa producers
in the south of Bahia on public
policies for cocoa farming**

Synthya Torquato dos Reis

Naisy Silva Soares

Lyvia Julienne Sousa Rego

Aniram Lins Cavalcante

Geovânia Silva de Sousa

VOLUME 12 • Nº 1 • ABR • 2022

Sumário

PARTE 1: DIAGNÓSTICO E POLÍTICAS PÚBLICAS	13
DEMOCRACIA, CRESCIMENTO E O FATOR CIVISMO	15
Hilton Manoel Dias Ribeiro e Jamille Limeira Bittencourt	
A EROÇÃO CONSTITUCIONAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, OS VENTOS AUTORITÁRIOS E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....	32
Diogo Bacha e Silva, Álvaro Ricardo de Souza Cruz e Bernardo Gomes Barbosa Nogueira	
VOTO Y PROCESO ELECTORAL EXTRATERRITORIAL.....	65
Luis Guillermo Palacios Sanabria	
SAÚDE.....	80
NUDGES: A PROMISING BEHAVIORAL PUBLIC POLICY TOOL TO REDUCE VACCINE HESITANCY.....	82
Alejandro Hortal	
1 Introduction. Vaccines and behavioral public policy: a promising approach.....	83
2 Vaccine hesitancy: rates and reasons.....	86
3 Behavioral Public Health Policy: ethics, politics, and efficiency.....	92
4 Concluding remarks.....	97
References.....	98
TRANSPARÊNCIA E COVID-19: UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS EM RELAÇÃO À PANDEMIA NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS.....	104
Andressa Petry Müller e Nelson Guilherme Machado Pinto	
UMA RESPOSTA DWORKINIANA PARA A COLISÃO DE PRINCÍPIOS DE DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE COVID-19: DIREITO À SAÚDE VERSUS DIREITO DE PROPRIEDADE EXCLUSIVA SOBRE PATENTES FARMACÊUTICAS.....	125
Marcelino Meleu e Aleteia Hummes Thaines	
TRABALHO.....	145
O TELETRABALHO EM PORTUGAL E A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR: FORMAS ABUSIVAS DE CONTROLO E FISCALIZAÇÃO DO EMPREGADOR.....	147
Isa António	

GÊNERO.....	160
POLICY DESIGN FOR NON-NORMATIVE GENDER IDENTITIES: THE CONSTRUCTION OF THE TRANS SUBJECT IN URUGUAY	162
Margarita María Manosalvas e Juan Camilo Rave	
UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO BRASIL	180
Daniela Alves Minuzzo e Semirames Khattar	
TRAJETÓRIAS DO MOVIMENTO FEMINISTA E A PERCEPÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS E DA LEGISLAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO ENTRE PESQUISADORAS BRASILEIRAS	207
Talita Aline de Brito Mortale, Camila Kayssa Targino-Dutra, Juliana Garcia Vidal Rodrigues, Zysman Neiman e Sueli Aparecida Moreira	
CRIMINALIZAÇÃO DE MULHERES PELA LEI DE DROGAS NOS DISCURSOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE	228
Ithala Oliveira Souza, Ilzver de Matos Oliveira e Daniela de Andrade Souza	
DECOLONIALIDADE E CONTRA-HEGEMONIA.....	252
FUNDAMENTOS DESCOLONIAIS DOS DIREITOS HUMANOS	254
Marília Nascimento de Sousa	
PARTE 2: TEMAS GERAIS	275
A EXPANSÃO DA COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO VIRTUAL DO STF: COLEGIALIDADE FORMAL E DÉFICIT DE DELIBERAÇÃO	277
Miguel Gualano de Godoy e Eduardo Borges Espínola Araújo	
WHY BRAZIL? WHY PETROBRAS? WHY NOT ODEBRECHT?: PATTERNS AND OUTCOMES OF THE U.S. FOREIGN CORRUPT PRACTICES ACT AND THE ROLE OF THE U.S. IN THE CAR WASH OPERATION	297
Maria Paula Costa Bertran e Maria Virgínia Nabuco do Amaral Mesquita Nasser	
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS DE PÓS-CONSUMO: ANÁLISE CRÍTICA INTERDISCIPLINAR DAS INTENÇÕES EMPRESARIAIS PROPOSTAS NO TERMO DE COMPROMISSO DO RECIRCULA PARA CUMPRIR A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	319
Lilian Aligleri e Camila Santos Doubek Lopes	
OS DISTRITOS DE INOVAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: DESAFIOS, MODELOS E REGULAMENTAÇÃO	346
Carolina Mota Mourão, Eduardo Altomare Ariento e Maria Edelvacy Marinho	

GOVERNMENT'S OFFICIAL'S PROFESSIONALISM IN PUBLIC SERVICE (CASE STUDY IN LICENSING SERVICE INNOVATION IN PINRANG DISTRICT, SOUTH SULAWESI)375
Badu Ahmad, Muh. Nur Sadik e Adnan Nasution

O DIREITO ADMINISTRATIVO DO MEDO NA PRÁTICA JUDICIAL: RESULTADOS DAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA JULGADAS PELO TJDFE ENTRE 2015 E 2020396
Bruno Novaes de Borborema

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: ANÁLISE COMPARADA DOS MODELOS BRASILEIRO E ARGENTINO E A UNIÃO HOMOAFETIVA 416
Alexandre Coutinho Pagliarini e Genilma Pereira de Moura

PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES DE CACAU DO SUL DA BAHIA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CACAUCULTURA436
Synthya Torquato dos Reis, Naisy Silva Soares, Lyvia Julienne Sousa Rego, Aniram Lins Cavalcante e Geovânia Silva de Sousa

Percepção dos produtores de cacau do Sul da Bahia sobre as políticas públicas para a cacauicultura*

Perception of cocoa producers in the south of Bahia on public policies for cocoa farming

Synthya Torquato dos Reis**

Naisy Silva Soares***

Lyvia Julienne Sousa Rego****

Aniram Lins Cavalcante*****

Geovânia Silva de Sousa*****

Resumo

Este artigo tem como objetivo geral analisar a percepção dos produtores de cacau do Sul da Bahia sobre as políticas públicas para a cacauicultura. Especificamente, analisaram-se o perfil dos produtores e das propriedades de cacau do Sul da Bahia, a assistência técnica recebida e as linhas de crédito utilizadas. Os dados utilizados são primários e foram coletados por meio de questionário aplicado a produtores de cacau do Sul da Bahia. Verificou-se que a maioria dos entrevistados não utilizaram linhas de crédito para financiar a produção; as políticas públicas poderiam contribuir com a atividade cacauicultura; a principal política pública voltada para a atividade cacauicultura, em pequenas propriedades, no Sul da Bahia é a agricultura familiar, segundo os entrevistados. Constatou-se que a associação rural, Ibama, universidades e cooperativa de produtores foram os órgãos mais citados pelos entrevistados para o desenvolvimento da cacauicultura nas pequenas propriedades no Sul da Bahia.

Palavras-chaves: Financiamento; Produção Agrícola Cacau. Desenvolvimento rural.

Abstract

The present work has as general objective to analyze the perception of cocoa producers in the south of Bahia on public policies for cocoa culture. Specifically, the cocoa producers profile and properties in the south of Bahia, the technical assistance received and the credit lines used were analyzed. The data utilized are primary and were collected through a questionnaire applied to cocoa producers in the south of Bahia. It was found that the majority of respondents did not use credit lines to finance production; public policies could contribute to cocoa activity; the main public policy focused on cocoa activity on small farms in southern Bahia is family farming, according to respondents. It was found that the rural association, Ibama, univer-

* Recebido em 10/05/2021
Aprovado em 22/11/2021

** Graduada em direito e mestrada em economia regional e políticas públicas.
E-mail: synthyatreis@gmail.com

*** Economista e professora doutora do departamento de ciências econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz.
E-mail: naisysilva@yahoo.com.br

**** Engenheira florestal e professora doutora da Universidade Federal do Sul da Bahia.
E-mail: lyviajulienne@hotmail.com

***** Economista e professora visitante do departamento de ciências econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz.
E-mail: anyranlyns@yahoo.com.br

***** Economista e doutora em economia aplicada pela Universidade Federal de Viçosa.
E-mail: gsilvadsousa@gmail.com

sities and producers' cooperatives were the bodies most cited by the interviewees for the development of cacao cultivation in small properties in southern Bahia.

Keywords: Financing; Agricultural production; Cocoa. Rural development.

1 Introdução

A partir das primeiras décadas do século XX, o cacau se consolidou como o principal produto agrícola da Bahia, se tornando decisivamente importante para a economia do Estado, em especial para a região sul baiana, com destaque para os municípios de Ilhéus e Itabuna, que possuíam a maior produção¹.

Para melhor compreendermos essa cadência da produção do cacau na Bahia, foi proposta a divisão em seis ciclos. O primeiro compreende o período de 1746 a 1820, e marca o início do cultivo e do desbravamento. O segundo ciclo, de 1820 a 1895, compreende o período em que o cacau consolidou-se como base econômica do Sul da Bahia, contribuindo para o Brasil ocupar espaço entre os maiores produtores de cacau do mundo. A autora destaca que, em 1910, o Brasil liderava a produção mundial do cacau. Nesse ciclo destacam-se a ocorrência de duas crises climáticas, que provocaram chuvas e cheias anormais que culminou na perda de safras e de parte da lavoura. Nesse período, Ilhéus alcançou a posição de capital regional do cacau. O ciclo se encerrou com a crise de 1929, primeiro choque do cacau no comércio externo, com consequente queda dos preços e diminuição das compras.²

Nos anos 30 do século XX, com a finalidade de minimizar os efeitos da crise, o Governo do Estado da Bahia criou em 1931 o Instituto do Cacau da Bahia – ICB. Como uma de suas funções, a assistência aos produtores inadimplentes, o que ocasionou um aumento da produção total na região.³

O quinto ciclo, de 1957 a 1989, compreende o momento entre a atualização das técnicas de produção do cacau, com a criação, através da CEPLAC, do Centro de Pesquisa do Cacau, em 1963, e a infestação da lavoura cacauceira pelo fungo *Crinipellis perniciosa* (vassoura de bruxa), em 1989.⁴

A partir de 1988, a infestação da vassoura de bruxa, a queda de produção e os preços rebaixados do cacau prejudicaram consideravelmente a lucratividade do produtor de cacau. Assim, este período foi considerado como o pior para cacauicultura baiana em termos econômicos. A CEPLAC, teve um papel importante, pois viabilizou novos programas de contenção da crise, apesar destes terem encontrado barreiras na falta de crédito financeiro ao produtor já endividado, bem como a drástica redução orçamentária ao órgão, imposta, progressivamente, pelo governo federal.⁵

O sexto e último ciclo comporta os anos de 1989 e seguintes, em que, por reflexo da contaminação, engendra-se uma profunda crise da lavoura, comprometendo os preços do cacau, empobrecendo a região.

Isso motivou o governo baiano a inserir, no seu programa agrícola, uma política que amparasse o cacau. O Programa Baiano de Tecnologia Apropriada – PBTA consiste numa política do governo da Bahia para incentivar a produção de diversos arranjos produtivos do Estado.

¹ COSTA, Francisco Mendes. Políticas Públicas e Atores Sociais na Evolução da Cacauicultura Baiana. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

² ROCHA, Lourdes Bertol. A região cacauceira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

³ ROCHA, Lourdes Bertol. A região cacauceira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

⁴ ROCHA, Lourdes Bertol. A região cacauceira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

⁵ ALMEIDA, Gilberto Wildberger de. Gênese da economia cacauceira e da firma Wildberg. Revista Brasileira de Administração Política, v. 5, n. 1, p. 49, 2012.

Nesse sentido, observa-se que as políticas públicas aplicadas para abrandar as crises do cacau tiveram etapas distintas. A primeira foi eficaz por 20 anos, quando o ICB guiou a economia cacauceira por um estágio de desenvolvimento. As dificuldades advindas de crises internacionais, e outros problemas internos, geraram um desequilíbrio na economia regional.

Assim, diante dos esforços das lideranças da região, o Governo Federal promulgou, em 1957, a segunda política de assistência à cacauicultura, reconhecida como a mais eficaz, representada pela CEPLAC, que, apesar do apoio governamental, encontrou dificuldades funcionais para recuperação da lavoura da infestação da vassoura de bruxa, gerando uma crise de produção inigualável.

Por outro lado, na tentativa de prover maneiras para reequilibrar a lavoura, o governo do Estado instituiu o PBTA, cujo programa prevê a criação de tecnologias por meio da parceria de institutos de pesquisa e o conhecimento popular.

Contudo, desde a década de 90, o Brasil perdeu a posição de maior produtor e exportador mundial do cacau, e em, 2019, o país ficou atrás de Costa do Marfim, Gana, Indonésia, Nigéria, Equador e Camarões.⁶

Nos últimos anos, as políticas públicas para a cacauicultura consistiram no apoio ao crédito para produção e exportação e aquisição de mudas, bem como na criação de tecnologias e ciência por meio da parceria com institutos de pesquisa, mas que são pouco acessíveis para o pequeno produtor ou que prejudicam a lucratividade e rentabilidade da produção.⁷

No entanto, tanto a promulgação como a rejeição de propostas de políticas de apoio à cacauicultura foram cruciais para fomentar o desenvolvimento da lavoura, e até mesmo para abandoná-la. É imperioso observar que a rede de agentes regionais, resultante da crescente interação entre o produtor, a Universidade, os governos estadual e federal, o legislativo estadual e federal, os sindicatos, cooperativas e a CEPLAC estão se posicionando para a criação de alternativas visando reconduzir a economia regional, ainda trazendo o cacau como a atividade agrícola basilar. Desse modo, a fabricação de cacau especial (cacau fino, orgânico, florestado) ou também a industrialização de tipos de chocolates caseiros abre nichos de mercado, e podem se mostrar providenciais para o cacauicultor baiano, realocando o cacau como produto importante para o Sul do Estado.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a percepção dos produtores de cacau cabruca do Sul da Bahia sobre as políticas públicas para a cacauicultura. Especificamente, analisaram-se o perfil dos produtores e das propriedades de cacau do Sul da Bahia, a assistência técnica recebida e as linhas de crédito utilizadas.

Trabalhos nesse sentido são importantes para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da cacauicultura na região e no país.

Sendo assim, estudos e análises recentes relacionados à percepção dos produtores rurais sobre políticas públicas, como é o caso do presente estudo, já foram realizados.⁸

⁶ FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. Faostat. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso em: 13 out. 2021.

⁷ COSTA, Francisco Mendes. Políticas Públicas e Atores Sociais na Evolução da Cacauicultura Baiana. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. SANTANA, Adrieli Santos de. Competitividade e efeito de políticas públicas no sistema agroflorestal (SAF) seringueira e cacauceiro no Sul da Bahia. 124 f. Dissertação (Mestrado Economia Regional e Políticas Públicas) da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, Ilhéus, 2018.

⁸ FEUSER, Noellen Silva Amorim; SILVEIRA, Cláudia Vera da; MARQUÊS, Bruno. O Pronaf na percepção de produtores rurais do assentamento Itamarati em Ponta Porã/MS. Revista desenvolvimento, fronteiras e cidadania, v. 3, n. 1, p. 27-41, mar. 2019. OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos de; OLIVEIRA, Lidiane Binello de; PAULI, Rita Inês Paetzhold. Disponibilidade e acesso ao crédito rural: a percepção dos produtores rurais do município de São Pedro das Missões (RS). Sinergia, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 51-63, jan./jun. 2018. BARROS, Mallú de Mendonça. Percepção de produtores de leite diante do plano para uma agricultura de baixa emissão de carbono. 153 f. Dissertação (Mestrado em Conservação de Recursos Naturais do Cerrado). Instituto Federal Goiano – Campus Urutá, 2020. GOMES, Tiago Tomaz; ABREU, Lucimar Santiago de. Percepção de agricultores familiares e técnicos da

2 Metodologia

O estudo foi realizado na microrregião Ilhéus – Itabuna, Bahia, no ano de 2019, com base na coleta de dados primários, obtidos por meio de aplicação de questionário a uma amostra de produtores de cacau no Sul da Bahia que aceitarem fazer parte desta pesquisa.

Conforme enfoque da pesquisa, foram analisados os municípios de Ilhéus, Itacaré, Maraú, Una, Itajuípe, Uruçuca, Buerarema, Canavieiras e Itabuna, pois esses municípios foram representativos em termos de produção, uma vez que representaram cerca de 70% da produção da região, em 2019. Além disso, estão localizados próximos um do outro, facilitando a coleta de dados.

Assim, foi calculada uma amostra, conforme equação 1, considerando-se que a aplicação dos questionários respeita ao método estatístico de população finita com amostragem aleatória simples com um nível de confiança de 90% e erro amostral de 10% (GIL, 2002).⁹

$$n = \frac{\delta^2 p \cdot q \cdot N}{e^2(N-1) + \delta^2 \cdot p \cdot q} \quad (1)$$

em que: n = tamanho da amostra; δ = nível de confiança escolhido; p = probabilidade do fenômeno ocorrer; q = probabilidade complementar; N = tamanho da população; e = erro máximo.

Na tabela 1, encontra-se o tamanho da amostra por municípios.

Tabela 1 – Tamanho da amostra por municípios

Município	Amostra
Ilhéus-BA	31
Itacaré-BA	14
Marau-BA	12
Una-BA	11
Itajuípe-BA	10
Uruçuca-BA	8
Buerarema-BA	6
Canavieiras-BA	6
Itabuna-BA	4

Fonte: elaboração da autora.

Os dados foram tabulados em planilha eletrônica do Excel e, posteriormente, analisados por meio do percentual de respostas para cada questão.

região do Vale do Ribeira (SP) sobre o mercado institucional. Extensão Rural, DEATER – CCR – UFMS, Santa Maria, v. 26, n.4, out./dez. 2019. BENATI, Maria Antonia Fernandes Nabarro de Oliveira; MORET, Artur de Souza; SOUZA, Emanuel Fernando Maia de. Percepção dos agricultores familiares do município de Rolim de Moura (RO) sobre políticas públicas. Revista Educação Ambiental em Ação, v. XX, n. 76, set./nov. 2021.

⁹ GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

3 Resultados e discussão

3.1 Caracterização do produtor e da propriedade

Verificou-se que a maior parte dos produtores não completaram o Ensino Fundamental. Em geral, 63% dos produtores não possuem escolaridade ou frequentaram a escola por no máximo 4 anos. O município de Una se destaca por apresentar 82% dos pequenos produtores com faixa de escolaridade de até quatro anos. Já o município vizinho, Canavieiras, se destaca pelo fator oposto. Isto porque 50% dos pequenos produtores frequentaram a escola de 5 a 8 anos, estando próximos da conclusão do Ensino Fundamental. Por outro lado, em relação aos nove municípios, apenas Ilhéus, Itajuípe, Uruçuca e Buerarema possuem produtores com educação formal há mais de 12 anos (tabela 2).

No caso dos produtores de cacau do Sul da Bahia, a baixa escolaridade pode ser tanto causa como efeito dos entraves ao desenvolvimento dessa atividade (tabela 2).

Observa-se que a maior parte dos produtores possuem mais de 41 anos de idade (juntos somam 83%). Em geral, 47% possuem de 41 a 60 anos, e 39% mais de 61 anos. Apenas 14% têm menos de 40 anos de idade. O município de Canavieiras se destaca com a maior quantidade de jovens produtores (33%). Una é o município que apresenta o maior número de produtores com mais de 61 anos (64%) (tabela 2).

Questionados sobre qual a forma de aquisição da propriedade, 40% afirmaram ter adquirido/comprado; 23% herdado; 2% têm posse por meio de contrato de parceria agrícola/meação e 34% por ocupação. Em Ilhéus e Itacaré a maior parte das roças são possuídas por ocupação, 77% e 43% respectivamente. Em Marau, Buerarema e Itabuna se destaca a obtenção da propriedade por processo sucessório, em que 75%, 50% e 75%, respectivamente, foram adquiridas por meio de herança. Una, Itajuípe, Uruçuca, Buerarema e Canavieiras possuem, respectivamente, 64%, 70%, 51%, 50% e 67% de propriedades compradas (tabela 2).

Tabela 2 – caracterização dos produtores e das propriedades de cacau do Sul da Bahia, por município, em 2019, em %

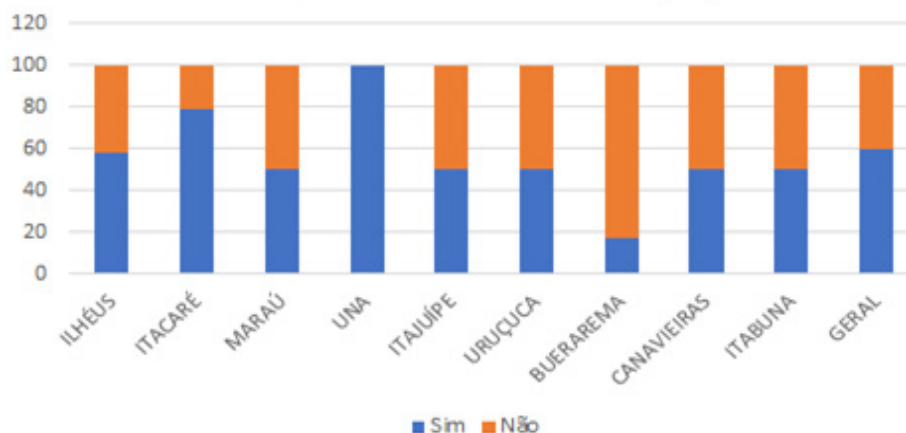
ITEM	CARACTERIZAÇÃO	MUNICÍPIOS									
		ILHÉUS	ITACARÉ	MARAÚ	UNA	ITAJUIPE	URUÇUCA	BUERAREMA	CANAVIEIRAS	ITABUNA	GERAL
Escolaridade (anos)	Até 4	55	71	84	82	60	63	50	33	75	63
	De 5 a 8	29	29	8	0	20	25	17	50	0	22
	De 9 a 17	3	0	8	18	10	0	17	17	25	8
	Mais de 12	13	0	0	0	10	12	16	0	0	7
Idade (anos)	Até 40	10	21	25	0	20	0	17	33	0	14
	41 a 60	32	65	50	36	70	37	83	0	100	47
	Mais de 61	58	14	25	64	10	63	0	67	0	39

ITEM	CA-RAC-TE-RIZA-ÇÃO	MUNICÍPIOS									
		ILHÉUS	ITACARÉ	MARAÚ	UNA	ITAJUIPE	URUÇUCA	BUERAREMA	CANAVIEI-RAS	ITABUNA	GE-RAL
Tempo de tra-balho com o cacau (anos)	Até 10	3	44	0	18	20	0	33	16	25	15
	De 11 a 20	35	14	25	18	20	0	17	17	25	22
	De 21 a 30	3	7	16	9	20	0	50	17	25	12
	De 31 a 40	16	14	17	9	20	37	0	0	25	16
	Mais de 41	43	21	42	46	20	63	0	50	0	35
Tempo de tra-balho na proprie-dade (anos)	Até 5	9	28	0	18	20	63	33	33	25	20
	De 6 a 15	68	36	17	18	50	0	17	33	50	40
	Mais de 16	23	36	83	64	30	37	50	34	25	40
Parcela da pro-prieda-de com cacau (Ha)	–	6 Ha	4 Ha	6 Ha	5 Ha	19 Ha	21 Ha	10 Ha	2 Ha	9 Ha	9 Ha
Forma de aqui-sição da proprie-dade	Adqui-rida	23	29	25	64	70	51	50	67	25	40
	Her-dada	0	14	75	18	20	12	50	33	75	23
	Con-trato de par-ceria agrí-cola	0	7	0	0	0	12	0	0	0	2
	Ocu-pação	77	43	0	18	10	25	0	0	0	34
	Ou-tros	0	7	0	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Observa-se, na figura 1, que 40% dos produtores cultivam, apenas, cacau em suas roças, demonstrando a importância dessa lavoura para esses cacauicultores. Assim, o cacau constitui a principal fonte de renda dessas propriedades.

Figura 1 – percentual da produção de cacau nas propriedades do Sul da Bahia, em 2019, por município

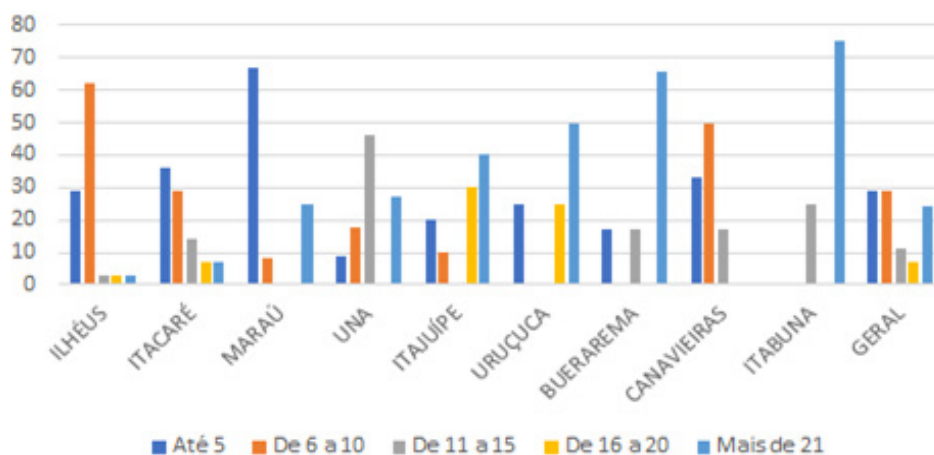


Fonte: dados da pesquisa.

Dentre as propriedades analisadas, 60% cultivam cacau e outras culturas (figura 1). As culturas que mais se destacaram em Ilhéus foram banana e mandioca; em Itacaré banana, mandioca, açaí e coco; em Maraú de mandioca; em há, coco, banana e seringa; em Itajuípe nota-se a forte presença do gado de corte e de leite e mandioca; em Uruçuca, destacou-se a produção do açaí, banana e mandioca; em Buerarema, mandioca; em Canavieiras banana e coco; e em Itabuna hortaliças em geral. Contudo, em média, 9 ha das roças são destinadas ao cultivo do cacau.

Verificou-se que, também, é dispersa a proporção entre o tamanho das pequenas propriedades, pois 29% apresentam até 5ha, 29% de 6ha a 10ha, 11% de 11ha a 15ha, 7% de 16 ha a 20ha e 24% mais de 21ha. Contudo, por município, há certa homogeneidade. Em Ilhéus, 62% das propriedades possuem entre 6ha a 10ha. Em Itacaré, 36% possuem até 5ha. Entre as propriedades com menos de 5ha destacou-se Maraú, que possui 67% das propriedades com esse tamanho. Em Una, 46% das propriedades possuem entre 11ha e 15ha. Itajuípe, Uruçuca, Buerarema e Itabuna se apresentam fora da média, onde possuem, respectivamente, 40%, 50%, 66% e 75% de suas pequenas propriedades com mais de 21ha. Em Canavieiras 50% das propriedades possuem entre 6ha a 10ha (figura 2).

Figura 2 – tamanho das propriedades de cacau no Sul da Bahia, em 2019, por município, em %

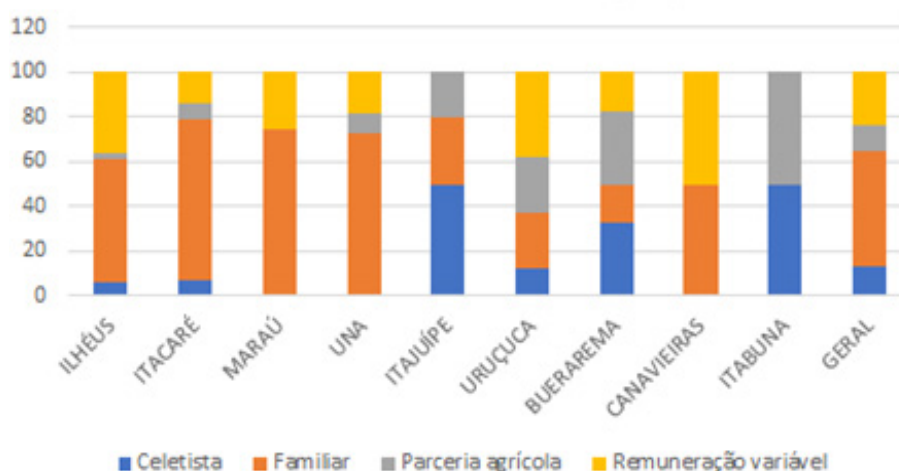


Fonte: dados da pesquisa.

Verificou-se que, na maior parte das propriedades, destacou-se a mão de obra familiar (52%). Já 24% contratam funcionários por remuneração variável, entre estes: diaristas e empreiteiros, 13% sob o regime celetista e 11% por contrato de parceira agrícola/meeiro. Os municípios de Ilhéus, Itacaré, Maraú, Una e

Canavieiras seguem a média geral, e possuem mão de obra familiar, respectivamente, em 55%, 72%, 75%, 73% e 50% de suas pequenas propriedades. Já Itajuípe possui como celetista 50% de sua mão de obra. Em Uruçuca predomina a remuneração variável (empregados, diaristas, etc) (38%). Buerarema e Itabuna possuem um equilíbrio entre mão de obra celetista e parceria agrícola (figura 3).

Figura 3 – modelo de mão de obra empregada pelos produtores de cacau do Sul da Bahia, em 2019, por município, em %



Fonte: dados da pesquisa.

A renda média mensal com o cacau representa 63,48% da renda do produtor com a terra, ao passo que os outros cultivos representam, juntos, 36,52%. Isto demonstra a importância do cultivo do cacau para os produtores do Sul da Bahia (Tabela 3).

Tabela 3 – renda média mensal dos produtores de cacau nas propriedades de cacau do Sul da Bahia em 2019, por município, em reais

MUNICÍPIOS	ITENS	
-	Renda média com o cacau	Renda média com outras culturas
ILHÉUS	880	404
ITACARÉ	332	290
MARAÚ	793	150
UNA	757	727
ITAJUIPE	1.626	1.960
URUÇUCA	3.444	1.039
BUERAREMA	2.362	0
CANAVIEIRAS	413	0
ITABUNA	1.017	1.875
GERAL	1.292	0

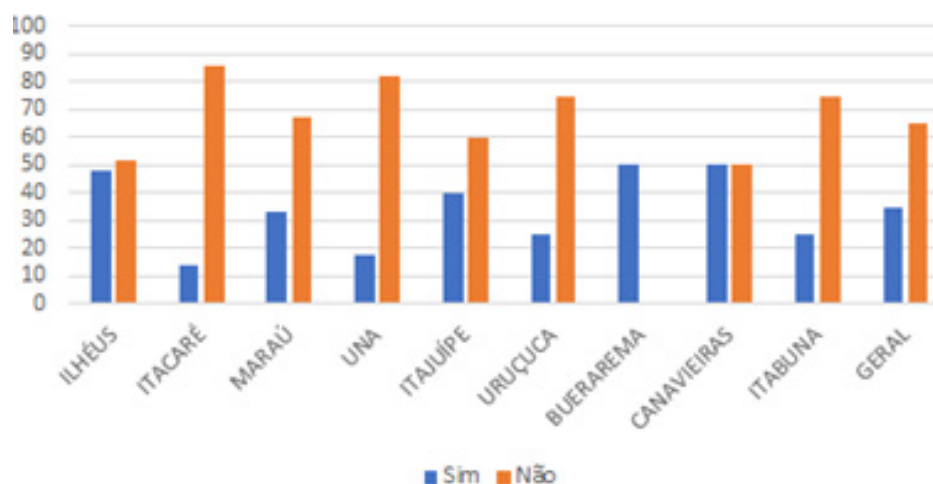
Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os produtores com maior renda obtida com a cultura do cacau estão localizados nos municípios de Uruçuca e Buerarema. Apenas o município de Itabuna apresentou renda superior com outras culturas do que com o cacau. Já Itacaré e Canavieiras possuem rendas abaixo da média, em ambos cultivos, ainda com predominância do cacau (tabela 3).

3.2 Assistência técnica recebida

As questões relativas à assistência técnica, recebida pelo produtor durante todo período em que trabalhou na propriedade, apresenta-se na Figura 4.

Figura 4 –Propriedades de cacau que receberam assistência técnica, em 2019, por município, do Sul da Bahia, em %

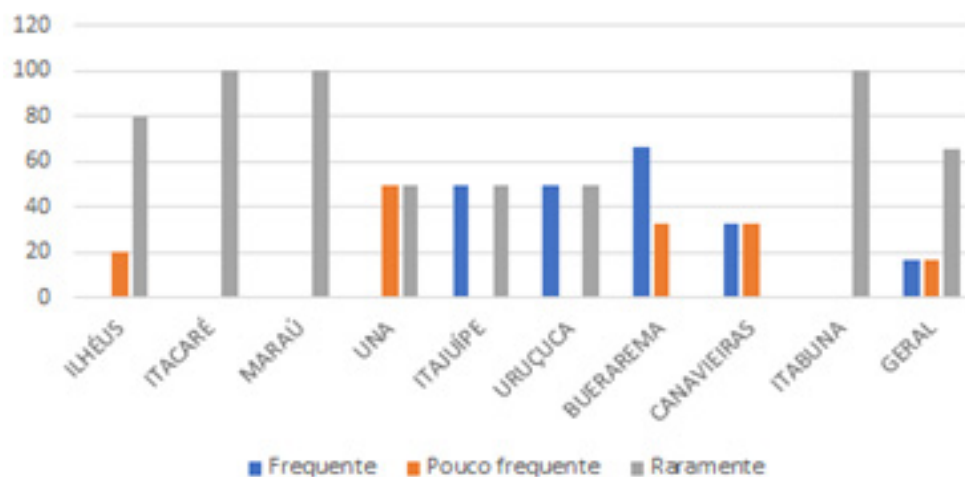


Fonte: dados da pesquisa (2019).

Conforme a figura 4, 65% dos produtores não receberam, em nenhuma ocasião, assistência técnica em sua propriedade. Os municípios de Ilhéus, Itajuípe, Buerarema e Canavieiras estão acima da média, e figuram como os municípios que mais se beneficiaram de programas assistenciais. Já as roças dos municípios de Itacaré, Marau, Una, Uruçuca e Itabuna são as que menos receberam assistência. Quase que para a totalidade dos entrevistados, a assistência técnica é importante para a propriedade, mas, segundo os entrevistados, quando os órgãos são contatados, os responsáveis não comparecem na propriedade para assistência.

A respeito do questionamento sobre a frequência do recebimento de assistência técnica, verificou-se que, entre os 35% que receberam assistência técnica, (figura 4), 66% afirmam que tal oferta ocorre raramente, sendo realizada uma vez ao ano, ou menos (figura 5).

Figura 5 – frequência de assistência técnica nas propriedades de cacau do Sul da Bahia, em 2019, por município, em %



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Na tabela 4, observam-se os órgãos que prestaram assistência técnica às pequenas propriedades de cacau no Sul da Bahia, em 2019, por município.

Para as 35% propriedades que receberam assistência técnica, a CEPLAC foi o órgão mais citado por 50% dos produtores entrevistados, especialmente de Maraú, Una, Uruçuca e Itabuna, onde foi o único órgão citado (tabela 4).

As ONG's no município de Ilhéus forneceram 17% da assistência recebida. Já a EBDA foi citada nos municípios de Ilhéus e Itajuípe por, respectivamente, 20% e 25% dos produtores. As associações rurais destacam-se em Canavieiras, somando 33% da assistência recebida naquele município (tabela 4).

Tabela 4 – órgãos que prestaram assistência técnica às propriedades de cacau nos municípios do Sul da Bahia, em 2019, em %

ÓRGÃOS	MUNICÍPIOS									
	ILHÉUS	ITACA- RÉ	MARAÚ	UNA	ITAJUÍ- PE	URUÇU- CA	BUERA- REMA	CANA- VIEIRAS	ITABU- NA	TOTAL
Embrapa	7	0	0	0	0	0	0	0	0	3
EBDA	20	0	0	0	25	0	0	0	0	11
ADAB	7	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Associação Rural	0	0	0	0	0	0	0	33	0	2
ONG's	40	0	0	0	0	0	0	0	0	17
Empresas privadas	0	0	0	0	25	0	0	0	0	3
CEPLAC	26	50	100	100	25	100	33	67	100	50
SENAI – CA- CAU	0	50	0	0	0	0	0	0	0	3
Outros	0	0	0	0	25	0	67	0	0	8

Fonte: dados da pesquisa (2019).

3.3 Linhas de crédito

Entre todas as propriedades, apenas 25% utilizaram alguma linha de crédito voltada para o cacau. Em Maraú, Una, Itajuípe e Canavieiras estão os produtores que mais aderiram a créditos para o cacau, com 42%, 45%, 30% e 33%, respectivamente (Tabela 5).

Tabela 5 – linhas de crédito para fomentar a atividade cacauceira no Sul da Bahia, em 2019, por município, em %

MUNICÍPIOS	ITENS	
	Sim	Não
ILHÉUS	26	74
ITACARÉ	7	93
MARAÚ	42	58
UNA	45	55
ITAJUÍPE	30	70
URUÇUCA	12	88
BUERAREMA	0	100
CANAVIEIRAS	33	0
ITABUNA	0	0

MUNICÍPIOS	ITENS	
GERAL	25	75

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Conforme a tabela 5, poucos produtores contrataram empréstimos para investir em suas roças de cacau.

De acordo com a tabela 6, cerca de 80% dos entrevistados reconhecem a existência de linhas de crédito adequadas voltadas para a cacauicultura no Brasil. Para a maior parte dos produtores, os grandes entraves referem-se ao processo burocrático para obtenção de crédito, com excesso de exigências, a exemplo de fiador, avalista, dentre outros sistemas de garantia.

A dificuldade em comprovar, documentalmente, a propriedade da terra também foi citada por 57% dos entrevistados. Este fator traz consequências negativas, pois impede o acesso a todo tipo de financiamento e dificulta inclusive o mapeamento estatal para realização de políticas públicas específicas. Ilhéus, Una, Itajuípe, Buerarema e Itabuna foram os municípios que mais apresentaram dificuldades relativas ao direito de propriedade (tabela 6).

Verificou-se que 57% dos entrevistados afirmaram que o rigor da legislação ambiental não representa óbice ao acesso às linhas de crédito (tabela 6).

Tabela 6 – limitações ao acesso às fontes de financiamento para a atividade cacaueira nas propriedades dos municípios do Sul da Bahia, em 2019, em %

LIMITAÇÕES	MUNICÍPIOS																			
	ILHÉUS		ITACARÉ		MARAÚ		UNA		ITAJUÍPE		URUÇUCA		BUERAREMA		CANAVIEIRAS		ITABUNA		GERAL	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Inexistência de linhas de crédito adequadas às necessidades da atividade cacaueira	29	71	14	86	17	83	18	82	20	80	12	88	50	50	0	100	50	50	23	77
Dificuldades ou entraves burocráticos para se utilizar as Fontes de financiamento existentes	77	23	93	7	50	50	91	9	90	10	88	12	83	17	100	0	75	25	81	19

LIMITA- ÇÕES	MUNICÍPIOS																			
	ILHÉUS		ITACARÉ		MARAÚ		UNA		ITAJUÍPE		URUÇU- CA		BUERA- REMA		CANAVIEI- RAS		ITABUNA		GERAL	
—	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Exigência de aval/garantias por parte das instituições de financiamento	74	26	93	7	67	33	82	18	80	20	88	12	100	0	100	0	50	50	80	20
Entraves fiscais que impedem o acesso às Fontes oficiais de financiamento	74	26	86	14	75	25	91	9	60	40	88	12	50	50	100	0	75	25	77	23
Rigor da legislação ambiental	39	61	57	43	42	58	55	45	10	90	75	25	83	17	0	100	25	75	43	57
Outros – propriedade não possui a documentação regularizada	71	29	29	71	58	42	73	27	70	30	12	88	67	33	17	83	100	0	57	43

Fonte: dados da pesquisa (2019). Nota: N = não, S=Sim, P=Parcialmente.

3.4 Percepção acerca das políticas públicas

Nesse subtópico, buscou-se compreender quais as ações estatais poderiam ser tomadas, na visão do produtor, para o avanço da atividade cacauceira, conforme tabela 7.

Constatou-se que ações voltadas para educação, seja ela técnica ou de conteúdos da educação básica, possuem alta importância para a visão dos pequenos produtores de cacau. Altos índices de importância foram atribuídos a possíveis programas de capacitação profissional e treinamento técnico, melhorias na educação básica, programas de apoio à consultoria técnica, estímulos à oferta de serviços tecnológicos e programas de acesso à informação (produção, tecnologia, mercados etc.) (tabela 7).

Não obstante considerarem o processo de adesão a empréstimos um caminho excessivamente burocrático (tabela 6), de acordo com 71% dos produtores, as políticas públicas relacionadas a linhas de crédito e outras formas de financiamento (crédito subsidiado) possuem alta importância para o desenvolvimento da propriedade (tabela 7). Apenas 5% afirmam que tal política é irrelevante.

Sobre a política de preço mínimo para o cacau, para 29% é irrelevante, 11% de pouca importância, 11% de média importância e 49% atribuíram alta importância. Alguns relataram melhoras na economia familiar em relação à política implementada em 2013 (tabela 7).

Para a possibilidade de estabelecer-se uma política reguladora de estoques para o cacau, 50% consideram irrelevante, 15% de pouca importância, 13% de média importância e 20% de alta importância (tabela 7).

Os incentivos fiscais e a disponibilidade de mudas de qualidade (infraestrutura botânica) foram políticas apontadas predominantemente como de alta importância em todos os municípios. Em geral, 70% e 89% dos produtores entrevistados, respectivamente, atribuíram nota máxima (tabela 7).

Tabela 7 – grau de importância das Políticas Públicas que poderia contribuir para o aumento da eficiência competitiva da produção de cacau nas propriedades do Sul da Bahia, em 2019, por município, em %

TIENS	MUNICÍPIOS																																							
	Ibiúas			Itacaré			Maracá			Una			Itajuípe			Uruçuca			Boazerna			Cauvieiras			Itabuna			Geral												
	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3				
Programas de capacitação profissional e treinamento técnico	3	10	19	68	7	14	21	58	0	8	58	34	9	9	27	55	0	10	20	70	0	12	25	63	17	0	0	83	0	17	17	66	0	0	25	75	4	10	25	61
Melhorias na educação básica	3	3	10	84	7	7	29	57	8	17	33	58	9	9	18	64	10	10	0	80	0	12	25	63	0	0	17	83	17	33	17	33	0	0	25	75	6	9	18	67
Programas de apoio à consultoria técnica	3	3	19	75	7	14	21	58	0	8	42	50	9	9	27	55	0	10	20	70	0	12	25	63	17	17	0	66	0	17	33	50	0	25	25	50	4	10	24	62
Estímulos à oferta de serviços tecnológicos	3	0	26	71	7	14	21	42	0	17	25	58	9	8	45	38	0	10	20	70	0	12	25	63	17	17	33	33	0	0	25	75	4	9	27	60				
Programas de acesso à informação (produção, tecnologia, mercados, etc)	3	0	26	71	7	14	21	58	0	17	33	50	9	9	27	55	0	10	20	70	0	12	25	63	17	17	0	66	0	17	33	50	25	0	25	50	5	9	25	61
Talões de crédito e outras formas de financiamento (crédito subsidiado)	0	6	13	84	0	7	0	93	17	8	17	58	0	9	36	55	20	0	20	60	0	0	25	75	17	17	33	33	0	0	17	83	0	0	25	75	5	6	18	71
Política de preço mínimo	26	10	10	54	29	7	0	64	33	25	17	25	54	0	0	46	40	10	20	30	25	12	12	51	17	0	0	83	0	33	50	17	25	0	0	75	29	11	11	49
Políticas de estoques reguladores	59	6	16	19	50	21	0	29	42	25	25	8	37	0	27	36	50	30	10	10	63	12	0	25	83	17	0	0	50	33	17	0	50	0	0	50	50	15	13	20
Incentivos fiscais	10	3	10	77	0	7	0	93	0	17	42	41	0	9	18	73	20	40	10	30	0	0	0	100	0	33	33	34	0	17	0	83	0	0	0	100	5	12	13	70
Disponibilidade de mudas de qualidade (infraestrutura botânica)	0	0	3	77	0	0	7	93	17	8	8	67	0	0	18	82	0	10	0	90	0	0	0	100	0	17	33	50	0	0	0	100	25	0	25	50	3	0	8	89
Outro	74	0	0	26	100	0	0	0	67	0	0	33	100	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0	100	0	0	0	50	0	25	25	86	0	1	13	

Fonte: dados da pesquisa (2019). Nota: Grau de importância = (0) se for irrelevante, (1) para baixa importância, (2) para média importância e (3) para alta importância.

Na Tabela 8, apresenta-se a opinião dos produtores aferida em grau de importância, sobre políticas públicas já implementadas e que foram ou são aplicáveis ao cacau.

Verificou-se que a política pública melhor avaliada refere-se ao Programa de Agricultura Familiar. No total geral, 55% dos produtores entrevistados atribuíram alta importância. O programa parece ter sido mais eficaz entre os produtores de Una, onde 64% atribuíram-no nota máxima. No entanto, em Itajuípe e Itabuna, o programa possui os maiores índices de irrelevância, com 50% e 75%, respectivamente (tabela 8).

O PROCACAU e o PBTA foram considerados irrelevantes por, respectivamente, 78% e 93% dos produtores. Considerando-se as reações no momento da coleta de dados, é possível afirmar que tal irrelevância se dá mais em razão do desconhecimento quanto à existência dos programas, e menos por uma visão negativa deles. Independentemente das condições, o PROCACAU e o PBTA não atingiram, de maneira relevante, os pequenos produtores (tabela 8).

Em relação ao Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira, mesmo afirmando conhecê-lo, 24% dos entrevistados o consideraram irrelevante, 22% com pouca importância, 30% com média importância e 24% com alta importância (tabela 8).

Predominantemente, para os produtores, esses programas contribuíram, de maneira mediana, para o aumento da renda com o cacau, a produção e para a melhora da qualidade de vida, destes e de suas famílias. Contudo, prevaleceram os que consideraram irrelevantes para o aumento das exportações (tabela 9).

Quanto à importância de diversos órgãos para o desenvolvimento da cacauicultura nas pequenas propriedades, as associações rurais foram as mais bem avaliadas, sendo consideradas de alta importância para 59% dos pequenos produtores de cacau. Nos municípios de Itacaré, Una e Buerarema, respectivamente, 79%, 73% e 66% dos produtores atribuíram grau de importância máxima. Em Uruçuca observou-se o pior entendimento sobre as associações rurais, em que 25% as consideraram irrelevantes (Tabela 10).

A universidade foi a segunda melhor avaliada, apontada por 51% dos produtores como de alta importância para o desenvolvimento da cacauicultura, sendo que os municípios Itacaré, Uruçuca, Buerarema e Canavieiras, apresentaram valores acima da média, com respectivamente, 86%, 88%, 86% e 66%, para a importância destas para o desenvolvimento da cacauicultura. Os produtores de Ilhéus foram os que pior as avaliaram, sendo consideradas irrelevantes por 29% (Tabela 10).

Tabela 8 – grau de importância de Políticas Públicas voltadas para o cacau, em 2019, por município, em %

ITENS	MUNICÍPIOS																																							
	Ilhéus			Itacaré			Maraú			Una			Itajuípe			Uruçuca			Buerarema			Canavieiras			Itabuna			Geral												
–	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3				
PROCA-CAU	84	6	10	0	86	7	0	7	67	25	8	0	55	9	9	27	90	10	0	0	75	0	25	0	67	0	0	33	83	0	0	17	100	0	0	0	78	8	7	7
Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacauífera	32	6	29	33	14	14	57	15	42	50	8	0	18	36	0	46	10	20	50	20	0	25	62	13	33	0	17	50	33	50	0	17	0	25	50	25	24	22	30	24
PBTA	97	0	3	0	100	0	0	0	92	0	8	0	73	9	9	9	80	10	0	10	88	0	12	0	83	0	0	17	100	0	0	0	100	0	0	0	93	0	4	3
Programa de agricultura familiar	19	10	29	42	14	21	14	51	33	8	8	51	18	9	9	64	50	10	10	30	25	12	12	51	33	0	17	50	33	0	33	34	75	0	0	25	27	10	18	55
Doutos	97	0	3	0	100	0	0	0	92	0	0	8	82	0	0	18	100	0	0	0	100	0	0	0	100	0	0	0	100	0	0	0	100	0	0	0	96	0	1	3

Fonte: dados da pesquisa (2019). Nota: Grau de importância = (0) se for irrelevante, (1) para baixa importância, (2) para média importância e (3) para alta importância.

Tabela 9 – grau de importância das Políticas Públicas voltadas para o cacau no Sul da Bahia, em 2019, por município, em %

ITENS	MUNICÍPIOS																																							
	ILHÉUS				ITACARÉ				MARAÚ				UNA				ITAJUIPE				URUÇUCA				BUERAREMA				CANAVIEIRAS				ITABUNA				GERAL			
–	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3
Aumentar a renda com o cacau	23	6	39	32	29	7	50	14	0	42	33	25	9	0	45	46	60	0	10	30	0	37	50	13	17	0	17	66	0	50	33	17	25	0	25	50	20	14	36	30
Aumentar as exportações	62	6	16	16	36	7	50	7	33	42	17	8	28	0	36	36	50	20	10	20	1	37	50	12	66	0	17	17	0	17	66	17	25	0	25	50	40	14	28	18
Aumentar a produção	23	6	35	36	29	7	50	14	0	42	25	33	9	18	45	28	50	10	10	30	0	37	50	13	17	0	17	66	0	17	67	16	25	0	25	50	19	15	36	30
Melhorar a qualidade de vida sua e de sua família	23	6	35	64	29	7	50	14	0	42	42	16	9	9	45	37	70	20	10	0	0	37	50	13	17	0	17	66	0	50	33	17	50	25	0	25	22	18	35	25

Fonte: dados da pesquisa (2019). Nota: Grau de importância = (0) se for irrelevante, (1) para baixa importância, (2) para média importância e (3) para alta importância.

Já as cooperativas de produtores são altamente importantes para 42% dos entrevistados e irrelevantes para 35%. Tal comportamento pode ser explicado pela falta de contato de boa parte dos produtores com qualquer cooperativa. Porém, os que tiveram contato com cooperativas, em sua maioria, aprovaram (Tabela 10).

O IBAMA foi o quarto órgão melhor avaliado, apontado como altamente importante por 40% dos produtores, de média importância por 26%, de importância por 20% e irrelevantes por 14%. Una foi o município onde a maioria dos produtores avaliaram o órgão como inferior (27% de irrelevante). Em quinto lugar no *ranking*, está as secretarias de agricultura, sendo consideradas de alta importância por 31%. Já as empresas privadas foram consideradas de alta importância para 30% dos produtores entrevistados e irrelevantes para 29% dos entrevistados (Tabela 10). A EBDA, SEBRAE, ONG's e ADAB possuem, respectivamente, 19%, 22%, 22% e 24% de alta importância, contra 63%, 70%, 49% e 47% de irrelevância (tabela 10).

A CEPLAC foi considerada de pouca importância por 19%, de alta importância por 21%, irrelevante por 24%, e de média importância por 36%. Os produtores que pior avaliaram a CEPLAC foram os das propriedades localizadas no município de Ilhéus, com 45% de irrelevância. Os que melhor avaliaram foi de Una, com 46% de alta importância (tabela 10). E, por fim, o Ministério do Meio Ambiente, e os extintos Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio tiveram avaliações parecidas. Para a maioria dos entrevistados, foram considerados irrelevantes ou de pouca e média importância o Ministério do Meio Ambiente, e Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, como órgãos para desenvolvimento da cacauicultura (tabela 10).

Tabela 10 – grau de importância de órgãos para o desenvolvimento da cacauicultura no Sul da Bahia, em 2019, por município, em %

ITENS	MUNICÍPIOS																																							
	Ilhéus			Itacaré			Marajó			Una			Itajupe			Uruçuca			Bocaraema			Canavieiras			Itabuna			Geral												
–	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3				
CEPLAC	45	6	26	23	14	0	71	15	17	42	25	16	18	36	0	46	10	20	50	20	0	25	62	13	33	0	50	17	17	50	0	33	0	25	75	0	24	19	36	21
IBAMA	6	19	23	52	7	14	43	36	17	8	17	58	27	27	27	19	10	0	30	60	25	37	37	1	17	33	17	33	17	50	17	16	25	0	25	50	14	20	26	40
EMBRAPA	85	6	3	6	72	7	0	21	67	0	25	8	55	9	0	36	50	20	10	20	76	0	12	12	66	17	17	0	33	17	0	50	50	0	50	0	66	8	10	16
EBDA	69	19	6	6	72	7	0	21	42	17	8	33	55	9	18	18	60	10	0	30	76	12	0	12	83	0	0	17	66	17	0	17	50	0	0	50	63	13	5	19
ADAB	48	10	26	16	79	0	0	21	58	17	8	17	46	18	18	18	0	20	20	60	63	0	37	0	50	0	17	33	33	17	17	25	0	0	75	47	11	18	24	24
Associação rural	23	16	26	35	0	7	14	79	17	25	25	33	9	0	18	73	10	10	30	50	25	12	25	38	17	0	17	66	17	17	17	49	0	25	25	50	15	13	23	59
SEBRAE	75	3	3	19	86	0	0	14	50	8	25	17	28	9	9	54	70	10	10	10	51	12	0	37	67	0	33	0	34	33	0	33	50	25	0	25	70	8	0	22
ONGS	22	10	23	45	50	29	14	7	42	8	17	17	46	9	9	36	80	10	0	10	64	12	12	12	67	0	33	0	100	0	0	0	25	50	25	0	49	13	16	22
Ministério do Meio Ambiente	42	29	16	13	36	43	14	7	25	33	17	25	28	18	45	9	30	0	30	40	13	50	37	0	17	17	33	33	50	17	33	0	50	25	25	50	31	27	25	17
Ministério do Desenvolvimento Agrário	38	26	23	13	36	43	14	7	25	33	25	17	37	18	18	27	30	0	30	40	13	37	50	0	0	17	50	33	17	33	33	17	0	25	50	25	29	26	27	18
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	52	29	13	6	36	43	14	7	33	17	33	17	28	27	36	9	30	0	30	40	13	37	50	0	0	17	50	33	17	33	33	17	0	25	25	50	33	26	26	15
Secretarias de agricultura	29	16	32	23	7	14	36	43	42	8	8	42	18	9	36	37	50	0	20	30	12	25	63	0	17	0	17	66	33	17	50	0	0	25	25	50	25	13	31	31
Universidades	29	23	16	32	0	0	14	86	8	25	25	42	18	9	18	55	20	20	20	40	12	0	0	88	0	0	20	80	17	0	17	66	0	25	50	25	16	14	19	51
Cooperativas de produtores	45	3	13	39	57	14	14	15	17	17	17	49	36	9	18	37	10	30	0	60	25	0	12	63	0	0	33	67	67	0	17	16	25	0	0	75	35	9	14	42
Empresas privadas	55	13	16	16	36	43	7	14	8	17	33	42	9	9	45	37	10	30	20	40	12	0	50	38	17	0	17	66	50	0	33	17	0	25	0	75	29	17	24	30
Outros	94	0	0	6	100	0	0	0	92	0	0	8	91	0	0	9	100	0	0	0	88	0	0	12	100	0	0	0	83	17	0	0	75	0	0	25	93	1	0	6

Fonte: Dados da pesquisa (2019). Nota: Grau de importância = (0) irrelevante, (1) baixa importância, (2) média importância e (3) alta importância.

4 Considerações finais

A maioria dos produtores tem baixo nível de escolaridade, são donos ou gerentes da propriedade, tem mais de 41 anos e possuem até 3 dependentes. A maioria vive na propriedade e trabalha há muitos anos com o cacau e com outras culturas, apesar de que a renda obtida com o cacau representa o maior percentual da renda gerada na propriedade. Além disso, a maioria dos entrevistados não recebem assistência técnica com frequência. Observou-se que as linhas de crédito não são utilizadas para financiar a produção devido, principalmente, a entraves burocráticos para se utilizar as fontes existentes.

As políticas públicas que mais poderiam contribuir com a atividade cacauceira, segundo os entrevistados, foram: disponibilidade de mudas de qualidade, linhas de crédito e outras formas de financiamento e incen-

tivos fiscais. E a principal política pública, de acordo com os produtores entrevistados, é o programa de agricultura familiar. Constatou-se que a associação rural, Ibama, universidades e cooperativa de produtores foram os órgãos mais citados para o desenvolvimento da cacauicultura nas pequenas propriedades no Sul da Bahia.

Referências

- ALMEIDA, Gilberto Wildberger de. Gênese da economia cacauceira e da firma Wildberg. *Revista Brasileira de Administração Política*, v. 5, n. 1, p. 49, 2012.
- BARROS, Mallú de Mendonça. *Percepção de produtores de leite diante do plano para uma agricultura de baixa emissão de carbono*. 153 f. Dissertação (Mestrado em Conservação de Recursos Naturais do Cerrado). Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, 2020.
- BENATI, Maria Antonia Fernandes Nabarro de Oliveira; MORET, Artur de Souza; SOUZA, Emanuel Fernando Maia de. Percepção dos agricultores familiares do município de Rolim de Moura (RO) sobre políticas públicas. *Revista Educação Ambiental em Ação*, v. XX, n. 76, set./nov. 2021.
- COSTA, Francisco Mendes. *Políticas Públicas e Atores Sociais na Evolução da Cacauicultura Baiana*. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- FEUSER, Noellen Silva Amorim; SILVEIRA, Cláudia Vera da; MARQUÊS, Bruno. O Pronaf na percepção de produtores rurais do assentamento Itamarati em Ponta Porã/MS. *Revista desenvolvimento, fronteiras e cidadania*, v. 3, n. 1, p. 27-41, mar. 2019.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. *Faostat*. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso em: 13 out. 2021.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Tiago Tomaz; ABREU, Lucimar Santiago de. Percepção de agricultores familiares e técnicos da região do Vale do Ribeira (SP) sobre o mercado institucional. *Extensão Rural*, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v. 26, n. 4, out./dez. 2019.
- OLIVEIRA, Sibele Vasconcelos de; OLIVEIRA, Lidiane Binello de; PAULI, Rita Inês Paetzhold. Disponibilidade e acesso ao crédito rural: a percepção dos produtores rurais do município de São Pedro das Missões (RS). *Sinergia*, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 51-63, jan./jun. 2018.
- ROCHA, Lourdes Bertol. *A região cacauceira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação*. Ilhéus: Editus, 2008.
- SANTANA, Adrielli Santos de. *Competitividade e efeito de políticas públicas no sistema agroflorestal (SAF) seringueira e cacauceiro no Sul da Bahia*. 124 f. Dissertação (Mestrado Economia Regional e Políticas Públicas) da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, Ilhéus, 2018.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.